

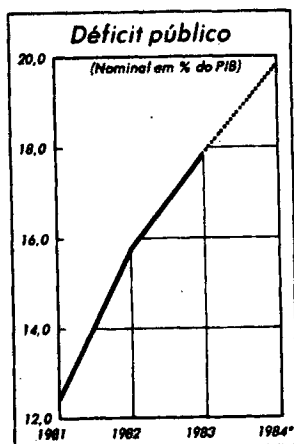
"O melhor acordo feito com os bancos"

por Cláudia Satisfie
de Brasília

O presidente eleito Tancredo Neves deverá assinar o acordo de renegociação plurianual com os bancos credores, nos mesmos moldes em que foi definido pela atual gestão econômica com o comitê assessor dos bancos: um pacote de US\$ 45,3 bilhões envolvendo as amortizações de 1985 a 1991, roladas até o ano 2000.

"O acordo que nós praticamente já acertamos com os bancos é o melhor que já foi obtido na área internacional e não vejo razão para não assiná-lo", observou ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, numa entrevista em que procurou alinhar os principais pontos que ficarão como herança para a futura gestão econômica.

Com o Clube de Paris, a montagem seguirá o mesmo modelo desenhado junto aos credores privados. Galvão já apresentou sua proposta: renegociação total dos juros e do principal, de US\$ 1,78 bilhão e US\$ 6



bilhões, respectivamente, envolvendo os anos de 1985 a 1991, com um prazo de dezesseis anos.

Ontem, técnicos brasileiros chefiados pelo ministro Tarcísio Marciano da Rocha, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, estavam em Paris para acertar os detalhes técnicos dessa proposta. Nos próximos dias virá a missão do Clube de Paris ao Brasil, mas a reunião oficial ocorrerá em princípios de abril, já que está presa ao calendário do Fundo Monetário Internacional (FMI).

(As negociações do governo brasileiro com o Clube de Paris, destinadas a reescalonar a dívida brasileira junto aos governos credores ocidentais, foram adiadas até que o Brasil resolva suas relações com o FMI, segundo a agência AP/Dow Jones. O adiamento das conversações ocorre após a recente decisão do FMI de suspender novos créditos ao País — (Ver página 16.)

As duas renegociações dependem do acerto final junto ao FMI.

A missão brasileira, chefiada por José Augusto de Arantes Savasini (da Sepplan), encarregada de dar explicações dos desvios na política monetária e no déficit público em dezembro e suas repercussões sobre os dois primeiros meses do ano, encerrou sua tarefa ontem e deve chegar hoje ao Brasil.

O déficit público no conceito nominal foi de aproximadamente Cr\$ 80 trilhões para uma meta de Cr\$ 67,8 trilhões. O superávit do setor público no conceito operacional (sem correções cambial e monetária) ficou em 0,2% do PIB para uma meta de 0,5%.

A partir desses desvios, será montada uma nova

programação de metas junto ao FMI. Na próxima semana, técnicos do Fundo desembarcam em Brasília para fazer as últimas cheagens de informações e armar as linhas do novo acordo. O Fundo é que decidirá se o Brasil tem de solicitar "waiver" pelos desvios do ano passado. "Se tudo correr na mesma direção, até podíamos fechar o acordo com o FMI antes do dia 15 de março. Mas esta não é uma hipótese provável", admitiu o ministro da Fazenda.

Somente após aprovada a nova carta de intenção pelo "board" do fundo é que o País receberá uma

(Continua na página 16)

Segundo uma fonte qualificada, ligada diretamente à área de preços, o objetivo do governo, ontem, era promover um grande esforço para deixar a taxa de inflação de fevereiro bem próxima de 11%, evitando, assim, maiores prejuízos para o mercado financeiro, ainda abalado com o problema do Sul Brasileiro. As primeiras estimativas, contudo, indicavam que a taxa ficará bem mais perto de 10%, ou seja, 10,2%.

(Ver página 3)

"O melhor acordo feito" 232

por Cláudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

primeira parcela de quase US\$ 400 milhões do US\$ 1,5 bilhão de empréstimos que a instituição deve desembolsar neste ano, o que deve acontecer em abril.

No "front" externo, o panorama é este e está sendo acompanhado em seus detalhes pelo próximo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Galvêas entende que não deixará nada totalmente fechado, mas entregará a renegociação da

dívida externa brasileira bem equacionada. Mesmo assim, no acerto com os bancos credores, existem pontos importantes pendentes.

Nem mesmo a taxa de risco ("spread") está totalmente acertada, ponderou o ministro, reiterando que não há nada "definido definitivamente". Acha, contudo, que este acordo vingará e que é o melhor que poderia ser obtido, condenando a introdução de teses, como a capitalização parcial dos juros, sugeridas pela Comissão para o Plano de

ação do governo) a Tancredo Neves. "Isto não tem a menor condição", comentou.

Na lista de itens que compõem um caminho mais tranquilo para o próximo governo, segundo o ministro, estão algumas "limpezas de área".

Assim, o governo, ao retirar o crédito-prêmio às exportações, estará deixando a Tancredo Neves uma economia de Cr\$ 10 trilhões; retirando o subsídio ao trigo até junho o próximo governo economizará mais Cr\$ 1,5 trilhão.

O crédito à exportação foi privatizado e o acúmulo de reservas internacionais em 1984, de US\$ 4 bilhões, gerou um impacto na oferta de moeda de Cr\$ 20 trilhões, explodindo a base monetária e gerando sérias consequências inflacionárias. Neste ano não haverá acúmulo adicional de reservas cambiais.

Foi a partir desses ingredientes que o governo pensou no ano passado que conseguiria trazer a inflação para a casa dos 120% neste ano e montou o acordo com o FMI tendo esse parâmetro como base. Mas foi surpreendido pelos números de dezembro, que ficaram muito além de qualquer expectativa, aumentando a pressão inflacionária para os próximos meses.

"No fundo de tudo isso encontramos um problema sério, que é a indexação generalizada da economia brasileira" — um ponto que o ministro da Fazenda considera bastante delicado, mas insinua que este novo governo tem um ambiente mais propício para tentar uma desindexação da economia, talvez através do pacto social, sobre o qual Galvêas prefere não opinar. Lembra, porém, que deve ser uma desinde-

cação generalizada, para não fracassar como em 1980.

Ele disse que não pretende dar conselhos, mas considera o projeto de reordenamento das finanças públicas (conhecido como reforma bancária) um "trabalho recomendado pelo bom senso e pela lógica". Este projeto, que fazia parte do programa de governo do presidente Figueiredo (no III PND aprovado pelo Congresso Nacional) tinha até uma data marcada: era para estar implantado em 1981. Segundo o ministro, a crise internacional tirou o governo dessa tarefa.

Somente depois de equacionada, de certa forma, a crise externa é que o ministro, a pedido do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, retomou o projeto que era para ser aprovado no final deste ano, mas que foi bombardeado pelo Banco do Brasil. "Ele não pegou por que no Brasil as pessoas têm o hábito de opinar sem ler e conhecer", sustenta Galvêas, argumentando que a base de todo o projeto da reforma financeira era devolver ao Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar as despesas de governo.

Este projeto, defende o ministro, representa uma profunda reforma financeira e será desengavetado pela próxima gestão, garantindo ele, admitindo que o relacionamento entre o Banco do Brasil e o Banco Central, através da movimentação da "conta de movimento", que acaba financiando subsídio ao trigo, preços mínimos e outras despesas de governo, seria até inconstitucional, já que são despesas que deveriam ser transferidas para o orçamento fiscal e aprovadas pelo Congresso, segundo reza o artigo 62 da Constituição.